

# BOLETIM ESPECIAL

BRASÍLIA, 29.6.2021 - EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA

JUSTIÇA FEDERAL  
Conselho da Justiça FederalCNU  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

## Justiça para todos



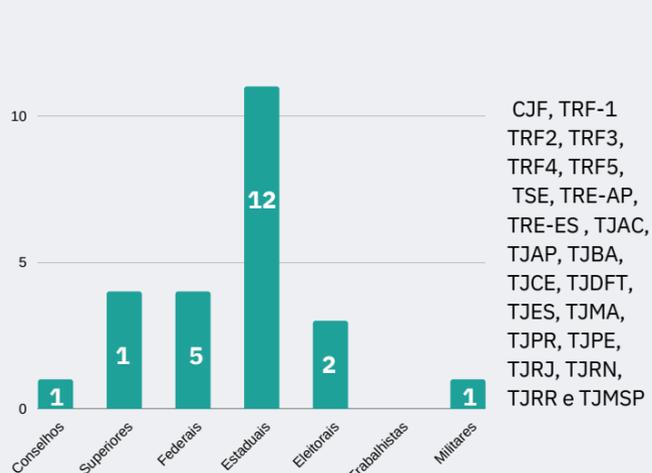
O Programa Justiça 4.0 – Inovação e Efetividade na Realização da Justiça para Todos tem como objetivo promover o acesso à Justiça por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial. É uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que conta com a parceria do Conselho da Justiça Federal (CJF) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A Justiça Digital propicia o diálogo entre o real e o digital para o incremento da governança, da transparência e da eficiência do Poder Judiciário, com efetiva aproximação com o cidadão e redução de despesas.

As ações que integram o Justiça 4.0 são:

- Implantação do Juízo 100% Digital.
- Implantação do Balcão Virtual.
- Projeto da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), com possibilidade de ampliar o grau de automação do processo judicial eletrônico e o uso de Inteligência Artificial (IA).
- Auxílio aos tribunais no aprimoramento dos registros processuais primários e na consolidação, implantação, tutoria, treinamento, higienização e publicização da Base Nacional de Dados do Poder Judiciário (DataJud), visando contribuir com o cumprimento da Resolução CNJ nº 331/2020.
- Colaboração para a implantação do sistema Codex, que tem duas funções principais: alimentar o DataJud de forma automatizada e transformar decisões e petições em texto puro a fim de ser utilizado como insumo de modelo de IA.

### PROGRAMA TEM 22 ADESÕES



## Justiça ganha com uniformização

A instituição da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ), com lançamento previsto para 10 de agosto, constitui um dos principais produtos de tecnologia da informação da gestão do ministro Luiz Fux. Permitirá que os sistemas públicos convirjam para uma mesma solução e que os tribunais passem a desenvolver sistemas de forma colaborativa. O diagnóstico busca identificar as dificuldades enfrentadas pelos tribunais para a implantação da PDPJ e apoiar a elaboração de um plano de trabalho factível para que o tribunal consiga implementar a plataforma. Em médio e longo prazos, os tribunais deixarão de usar seus sistemas e versões próprios para investir na PDPJ, que, além de gratuita, não terá problemas de instalação e disponibilidade, porque está em nuvem, e conterá sempre os módulos mais modernos e avançados.

## PDPJ avança

Os serviços estruturantes constituem o núcleo da PDPJ, consistindo em um conjunto de serviços destinado a padronizar informações de estruturação dos sistemas de gestão de processos judiciais.

Serão produzidos sob a forma de interfaces de programação de aplicações (application programming interfaces, APIs), isto é, conjuntos de funcionalidades que podem ser consumidas por diversas aplicações com segurança e eficiência. Permitem sensível economia de custos e tempo, em decorrência do compartilhamento de esforços e recursos.

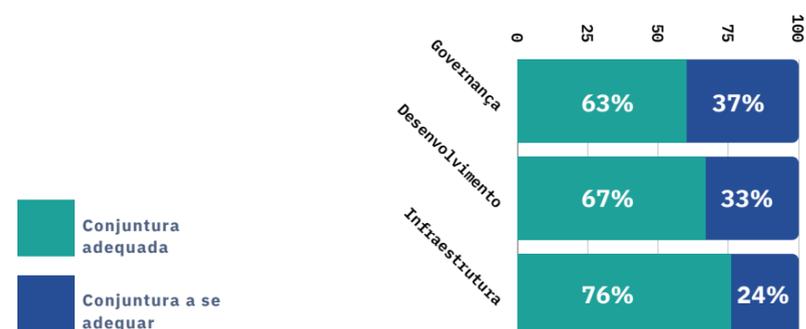
O desenvolvimento de um conjunto inicial de serviços estruturantes por meio de APIs foi finalizado em 15 de junho deste ano. Estão sendo entregues os serviços Organizacional, de Tabelas Processuais Unificadas, de Pessoas e Endereços, de Autenticação e de Cabeçalho do Processo. Também já foi definido o processo de desenvolvimento de software da PDPJ, foram criados cenários de teste para as APIs e foi elaborada a documentação de referência para auxiliar desenvolvedores de todos os órgãos do Poder Judiciário nacional a utilizar as funcionalidades oferecidas pelos serviços.

## TRF3 tem conjuntura tecnológica 69% adequada à implementação do Justiça 4.0

A conjuntura tecnológica dos órgãos de Justiça está no escopo de diagnósticos realizados pelo Justiça 4.0. A ação visa integrar plenamente os tribunais às ações e aos projetos de inovação tecnológica do programa. No primeiro semestre de 2021, foram feitos dois diagnósticos-piloto: um com o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte (TJRN) e outro com o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). As informações levantadas estão sendo sistematizadas e irão compor um plano de trabalho com as diretrizes e ações para a integração dos órgãos ao Justiça 4.0. O próximo passo é a contratação de uma empresa especializada, que realizará o diagnóstico de 88 tribunais de justiça.

Relatório final apontou que a conjuntura tecnológica do TRF3 tem adequação de 69% ao processo de implementação do PJ 4.0 e da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br). O diagnóstico-piloto, com 214 questões mensuráveis e não mensuráveis sobre governança, desenvolvimento e infraestrutura, foi realizado entre 25 de maio e 9 de junho para subsidiar a equipe do programa a identificar as consistências e as lacunas tecnológicas do órgão.

A conjuntura do órgão é favorável para a integração ao programa e à plataforma. As melhorias que precisam ser implementadas para possibilitar sua plena adequação serão expostas no plano de trabalho do tribunal, com previsão de entrega em 12 de julho deste ano.



## Sniper vai reduzir acervo e congestionamento

Em 2021, uma das metas do Programa Justiça 4.0 é ter a primeira versão da ferramenta Sniper desenvolvida e disponibilizada para todos os tribunais integrantes do Programa. Sniper é uma solução de pesquisa e recuperação de ativos para apoiar a diminuição do acervo e congestionamento processual na fase de execução e facilitar a compreensão de crimes que envolvem sistemas financeiros complexos, como corrupção e lavagem de dinheiro.

## TSE adere ao Justiça 4.0

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) assinaram acordo de cooperação técnica em 15 de junho para o desenvolvimento e uso colaborativo dos produtos, projetos e serviços do Programa Justiça 4.0 e a adesão e o desenvolvimento colaborativo de produtos e serviços para a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ). Segundo o acordo, o TSE terá como função orquestrar a adesão dos Tribunais Regionais Eleitorais (TRES) ao Justiça 4.0 e à PDPJ.

A parceria foi firmada em cerimônia durante a 333ª Reunião Ordinária do CNJ, com participação do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do TSE, e do ministro Luiz Fux, presidente do CNJ. “Estamos firmando esse acordo para atender aos jurisdicionados e à sociedade brasileira com mais qualidade e, sobretudo, com mais velocidade, de modo que essas plataformas e inovações abram um universo de possibilidades que nós pretendemos explorar para fazer a vida ficar melhor e mais fácil para todos”, anunciou Barroso.

O ministro Luiz Fux ressaltou que o CNJ estabeleceu requisitos específicos para a adesão da Justiça Eleitoral ao Justiça 4.0, tendo em vista a estrutura e as singularidades dos TRES. “Navegávamos pelos mares e agora estamos navegando pela internet — Justiça Digital é a justiça do momento. E o tribunal eleitoral, que sempre foi um tribunal de vanguarda, não poderia não estar adaptado a este novo tempo”, declarou Fux.

## Ferramentas do DataJud fazem saneamento de dados

As atividades e ferramentas de apoio ao saneamento de dados do DataJud foram tema de quatro webinários com os tribunais de justiça promovidos pelo Eixo 4 do Justiça 4.0 no primeiro semestre de 2021.

Nos encontros on-line, foram apresentados o novo Validador de Arquivos; o Painel de Saneamento — que substituiu o Painel de Qualificação; e o FaxinaJud, plataforma vencedora do CNJ Inova. O Painel de Saneamento, por exemplo, verifica erros nos metadados dos processos judiciais que compõem a base de dados. Cada webinário teve participação de cerca de 400 servidores, que trabalham, principalmente, no tratamento e envio de dados dos órgãos de justiça ao DataJud. Os participantes puderam tirar dúvidas e relatar dificuldades no envio das informações.

Todos os encontros on-line foram gravados e estão disponíveis no site do CNJ

[\[https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/capacitacao/\]](https://www.cnj.jus.br/sistemas/datajud/capacitacao/).

## Busca de soluções de IA para Sinapses gera parcerias

O Justiça 4.0 tem realizado parcerias com instituições de ensino superior e centros de pesquisa a fim de desenvolver soluções de Inteligência Artificial (IA) para a plataforma Sinapses. Estão sendo elaboradas cartas-acordo com a Universidade Federal de Goiás (UFG), para a realização do projeto de Agrupamento por Similaridade, e com a Universidade de Brasília (UnB) para executar o projeto de Precedentes Qualificados. Outras parcerias também estão sendo estudadas.

Desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), a Sinapses é um repositório em nuvem que armazena, treina e disponibiliza modelos de IA em larga escala para os tribunais que utilizam o Processo Judicial Eletrônico (PJe). Com o Justiça 4.0, busca-se consolidar a plataforma e incluir novas soluções, de modo a otimizar tarefas repetitivas, como a elaboração de minutas de atos judiciais. As novas soluções visam à classificação processual automatizada, à sistematização e mineração de textos e à alimentação das estatísticas do Poder Judiciário.

## CURTAS

### A distância

Em 2021, dois cursos vão integrar a trilha formativa da plataforma do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud) para difundir as iniciativas de fortalecimento das temáticas prioritárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Serão produzidos cursos, webinários e documentos técnicos relacionados ao Justiça 4.0.

A trilha formativa é um instrumento de gestão do conhecimento das iniciativas do CNJ que vai permitir a disseminação das atualizações da ferramenta Sniper, do novo Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) e de outros conteúdos pertinentes ao projeto.

Acordo com o Departamento de Estatística da Universidade Federal do Paraná (UFPR) vai viabilizar a produção e oferta, a partir de setembro deste ano, de oito cursos na modalidade EaD para fortalecimento dos servidores do Poder Judiciário e magistrados: Excel para ciência de dados; Power BI; R para ciência de dados; R para elaboração de painéis e relatórios dinâmicos; Python para ciência de dados; Fundamentos de estatística; Machine learning; e Mineração de textos.

### Módulo previdenciário será criado para o Sistema e-Proc

Acordo de Cooperação Técnica entre o CNJ e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) prevê desenvolvimento de módulo previdenciário para o Sistema e-Proc, que passará a integrar a PDPJ. O Justiça 4.0 elaborou plano de trabalho para implementação da parceria.

\*\*\*

Testes estão sendo realizados, em ambiente de homologação, com o Processo Administrativo Previdenciário (PAP) e levantamento dos requisitos negociais para homologação das Interfaces de Programação de Aplicações (APIs) para os Dossiês Previdenciário e Médico.

### Integridade e compliance na Justiça Federal

Pesquisa preliminar levantou informações sobre a maturidade de um programa de Integridade e Compliance (I&C) nos órgãos da Justiça Federal. Participaram 26 Tribunais Regionais Federais (TRFs) e Seções Judiciárias, por meio de formulário de pesquisa eletrônico.

De acordo com o diagnóstico, 62% dos TRFs e Seções Judiciárias não possuem programa de I&C; apenas 15% possuem Comitê de Gestão de Riscos no órgão; e 81% afirmaram que não realizam, desconhecem ou promovem com pouca frequência treinamentos relacionados ao tema.

O levantamento é etapa preparatória para a formulação do Manual de Integridade e Compliance para os tribunais de justiça — produto vinculado ao Eixo 3 do Justiça 4.0, dedicado às ações de prevenção e combate à corrupção, lavagem de dinheiro e recuperação de ativos.

### Gestão de bens apreendidos terá novo sistema

A empresa responsável pelo desenvolvimento do novo Sistema Nacional de Bens Apreendidos (SNBA) será selecionada em julho deste ano. O prazo para o recebimento de propostas das empresas especializadas terminou em 24 de junho, conforme edital publicado em maio. A expectativa é de que os produtos comecem a ser entregues em agosto.

Instituído pela Resolução CNJ nº 63/2008, o SNBA visa ao cadastramento e registro de bens apreendidos nos processos criminais em trâmite na Justiça, possibilitando melhor controle dos processos e bens pelos órgãos de justiça.

O novo SNBA, que será desenvolvido no Justiça 4.0, proverá soluções ao sistema após diagnóstico realizado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), do Conselho Nacional de Justiça, que identificou inconsistências nos dados estatísticos fornecidos pelo SNBA.

### Equipes do Ecosistema Codex-Sinapses capacitadas

As equipes responsáveis pelo desenvolvimento dos projetos Codex e Sinapses, do Justiça 4.0, estão sendo formadas. Além da contratação de desenvolvedores, os times estão realizando capacitações por meio de resolução colaborativa de issues e webinários internos. Uma plataforma de aprendizagem para os desenvolvedores e cientistas de dados do ecossistema Codex-Sinapses também está sendo estruturada. Além disso, foram entregues protótipos de dashboard para análise de dados de processos armazenados no Codex e para acompanhamento do backlog dos sistemas Codex e Sinapses.

### Ferramenta vai agilizar pagamento de precatórios

O Justiça 4.0 prepara as regras de negócio para desenvolvimento de solução automatizada que vai agilizar processos judiciais que envolvem pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV). O módulo, voltado à gestão das requisições, do cálculo dos valores corrigidos e do pagamento de RPV e Precatórios, será desenvolvido por empresa especializada e terá como base os sistemas elaborados pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª e 5ª Regiões, como o Sistema de Requisição de Pagamento Ágil (Sirea), e também irá considerar as funcionalidades indicadas pelo Fórum Nacional de Precatórios (Fonaprec).

## Equipe

**Raíssa Teixeira** Coordenadora Técnica de Projetos | **Júlia Matravolgyi** Assistente de Projetos | **Lívia Salles** Assistente de Projetos | **Anna Clara Monjardim** Assistente em Gestão de Projetos e Gestão da Informação | **Fabiano Lima** Assessor Sênior do Programa Justiça 4.0 | **Eduardo Arruda** Coordenador de Gestão do PJe | **Técnicos:** Adriano Naves Ungarelli | Alessandra Toyama | Alexandre Alves de Oliveira | Ana Carolina Rezende Oliveira | Ana Terra Mejia Munhoz | André José da Silva Lima | Arsênio Carlos Andrés Flores Becker | Carlo Borsoi Moura | Celena Regina Soeiro de Moraes Souza | Cláudia Correa | Cristiano Gutierrez | Diego Agostinho Calixto | Felipe Aymay | Felipe Bosio | Flavia Campos | Flávio Moreira de Oliveira | Gabriela Moura da Silva Florentino | Grazielle Silotto | Guiller Novaes | Jackson Guilherme de Andrade Araújo | Jaqueline Fonseca | Jenieri Polacchini | José Avelino Placca | Leonardo Araújo | Lorayne de Oliveira Santos | Marcelo Feijó de Oliveira | Marcus Vinicius Costa Fontes | Mariana Sideresky | Marielle Ynara Teixeira Creão | Matheus Dorival Leonardo Bombonato Menes | Murilo Pontes | Nicolas Wulk | Pedro Chaltein Almeida Gontijo | Rachel Marini Magalhães | Rafael Chagas de Moraes Costa | Raquel Lasalvia Correia da Silva | Raquel Rodrigues Barbosa de Souza | Ricardo Augusto Simões Lage | Roberto Oliveira Santos | Rodolfo Lotte | Rodrigo Farhat | Sílvia Maria Wanderley Moraes | Thiago Mansonetto | Tiago de Jesus Lopes Sousa | Vitória Marques Lorente | Viviane Fecher.